



CIP - Política Pública de Volta Redonda: Uma experiência Inclusiva e Sustentável

Área Temática: Universidade, políticas públicas e desenvolvimento

Ana Paula Medeiros Bauer¹, Lisiane Maria da Silva², Thayná Danthes Monzatto³, Vívian Magalhães Rodrigues⁴

¹ Universidade Federal Fluminense - UFF, Instituto de Ciências Humanas e Sociais de Volta Redonda, RJ – anabauer@id.uff.br

² Universidade Federal Fluminense - UFF, Instituto de Ciências Humanas e Sociais de Volta Redonda, RJ – lisianemsilva@gmail.com

³ Universidade Federal Fluminense - UFF, Instituto de Ciências Humanas e Sociais de Volta Redonda, RJ – thayna_monzatto@id.uff.br

⁴ Universidade Federal Fluminense - UFF, Instituto de Ciências Humanas e Sociais de Volta Redonda, RJ – vivianmr@id.uff.br

Resumo

Este estudo visa apresentar a política pública de inclusão sócio-produtiva premiada da cidade de Volta Redonda, relacionando-a com o desenvolvimento sustentável que esta propicia aos cidadãos assistidos. O Centro de Inclusão Produtiva (CIP) de Volta Redonda trabalha com diversas vertentes de geração de renda e inclusão da população carente no mercado de trabalho, e uma delas é a culinária. Com a grande aceitação da formação na área de alimentação, foram criados os Centro de Educação e Produção Alimentar (CEPA) que, além de realizar oficinas sobre boa alimentação, produz alimentos para venda. A questão deste trabalho é a relação das atividades de culinária do CIP com a sustentabilidade, ou seja, este estudo objetiva discutir a vertente da formação e produção alimentar relacionando-a com o desenvolvimento sustentável desta política pública realizada em Volta Redonda, visando contribuir com outros municípios e estimular o desenvolvimento sustentável através da relação do Estado com a comunidade.

Palavras-chave: Políticas Públicas; Sustentabilidade; Inclusão Produtiva;

1 Introdução

Volta Redonda é uma cidade da região Sul Fluminense que é historicamente conhecida como marco da industrialização brasileira, por ter sido o local escolhido para a instalação da Usina Presidente Vargas (UPV) da Companhia Siderúrgica Nacional (CSN) na época da II Guerra Mundial e do Estado Novo de Getúlio Vargas.

A implantação da usina em Barra Mansa, de onde Volta Redonda era distrito, na década de 1940, ocasionou a construção de uma cidade operária planejada e estratificada, que desejava a autonomia - alcançada apenas em 1954 ao se emancipar de Barra Mansa. (LIMA, 2010, p. 3)



Porém, em abril de 1993, a CSN foi uma das siderúrgicas impactadas pelo Programa Nacional de Desestatização (PND), inicialmente conduzido pelo governo de Fernando Affonso Collor de Mello. Lembrando que a prerrogativa para a desestatização foi a falência do modelo de administração estatal da empresa. (LIMA, 2010, p. 3)

Assim, Raphael Lima (2010) aponta que a conjuntura local do pós-privatização da CSN é caracterizada por um cenário de desemprego, disputa política, crise sindical, estreitamento da relação entre comunidade e Prefeitura e distanciamento entre esta e a Companhia. O autor aponta que em tímida revitalização, o governo "Frente Popular", conduzido por Paulo Baltazar

estruturou alguns instrumentos e iniciativas, como o Conselho Municipal de Desenvolvimento Urbano (CMDU) que, a despeito do seu fracasso, integraram parte dos esforços de se repensar a cidade e superar divergências entre setores sociais historicamente rompidos, a exemplo do movimento popular e do empresariado. (LIMA, 2010, p. 4)

Com a nova realidade da cidade no período pós-privatização da CSN, a geração de empregos e a qualidade de vida da população têm sido pontos fundamentais do governo municipal desde a gestão de Paulo Baltazar (1993 a 1996) até a gestão atual de Antônio Francisco Neto (2009 até hoje). Como resultado desta política de inclusão sócio-produtiva, a cidade se destacou em Brasília/DF por ter sido uma das finalistas da 4ª edição do Prêmio Objetivos de Desenvolvimento do Milênio Brasil, prêmio do governo federal com o apoio do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), com o projeto "Centro de Inclusão Produtiva e Geração de Renda".

Seguindo a ideia do desenvolvimento sustentável, a prefeitura da cidade está em processo de municipalização dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio Brasil e desenvolve projetos que visam modificar a realidade daqueles que vivem em extrema pobreza com ações, por exemplo, de desenvolvimento profissional.

Em 2001, a Secretaria Municipal de Ação Comunitária de Volta Redonda (SMAC) criou o Centro de Inclusão Produtiva (CIP), que objetiva capacitar munícipes para atividades de geração de renda, buscando a inserção destes no mercado de trabalho e o desenvolvimento de formas alternativas de inclusão produtiva.

O Programa de Educação Tutorial (PET) Gestão Social da Universidade Federal Fluminense (UFF) trabalha em conjunto com a SMAC, auxiliando na busca de alternativas para a inserção dos atendidos pelo CIP no mercado de trabalho. No âmbito dessa parceria, pretende-se implantar o projeto Restaurante Escola Solidário, premiado pelo concurso local - Inova VR -, para dar continuidade à formação dos beneficiários e incluí-los no mercado, seja como trabalhadores formais, como empreendedores individuais ou por meio da formação de empreendimentos solidários, sendo esta última via o objetivo central do projeto. Essa proposta vem reforçar uma vertente expressiva das atividades desenvolvidas pelo CIP que é a formação na área de culinária, realizada em dois Centros de Educação e Produção Alimentar (CEPA) e no próprio CIP, visando a capacitação e a produção de alimentos com aproveitamento integral dos produtos que tradicionalmente seriam descartados, e orientando, ainda, para realização de compostagem e hortas residenciais.



9º ENEDS

ENCONTRO NACIONAL DE ENGENHARIA
E DESENVOLVIMENTO SOCIAL



“O Brasil que se quer e os caminhos que se trilham”

É interessante observar que os cursos de culinária do CIP e dos CEPA valorizam a produção nutritiva e sustentável, seguindo a teoria de sustentabilidade, *triple bottom line* que se baseia na prosperidade econômica, qualidade ambiental e justiça social.

Pensando nessa relação entre desenvolvimento sustentável e políticas públicas, o objetivo deste estudo é discutir a vertente alimentar da política pública de inclusão sócio-produtiva de Volta Redonda. Para alcançar este objetivo, o desdobramos em três objetivos específicos, que se resumem em (1) apresentar estudos correlacionando sustentabilidade e políticas públicas; (2) descrever a política pública de Volta Redonda articulada pelo Centro de Inclusão Produtiva (CIP); e (3) confrontar os relatos da coordenadora do CIP e da nutricionista responsável pelo CEPA com os temas estudados.

Para a classificação da pesquisa, toma-se como base a taxonomia apresentada por Vergara (1990), que a qualifica em relação a dois aspectos: quanto aos fins e quanto aos meios.

Quanto aos fins, a pesquisa será descritiva pois visa demonstrar a relação entre o desenvolvimento sustentável e a política pública desenvolvida na cidade de Volta Redonda via Centro de Inclusão Produtiva.

Quanto aos meios, foi utilizada a pesquisa bibliográfica, documental, de campo e estudo de caso. Bibliográfica porque para a fundamentação teórico-metodológica do trabalho constituiu na investigação dos temas: história política e econômica da cidade de Volta Redonda, políticas públicas e sustentabilidade. Documental pois foram utilizados projetos internos da Prefeitura Municipal de Volta Redonda, como os projetos dos CEPA e CIP e cartilhas desenvolvidas para os programas associados a estes órgãos. De campo porque foram feitas entrevistas qualitativas com a coordenadora do CIP e a nutricionista do CEPA, sendo utilizado o método de entrevista qualitativa semiaberta. E estudo de caso, pois nosso objetivo de pesquisa é circunscrito à política pública do Centro de Inclusão Produtiva (CIP), mais especificamente analisando o Centro de Educação e Produção Alimentar (CEPA).

2 Políticas Públicas

Políticas públicas são conjuntos de programas, ações e atividades desenvolvidas pelo Estado diretamente ou indiretamente, com a participação de entes públicos ou privados, que visam assegurar determinado direito de cidadania, de forma difusa ou para determinado seguimento social, cultural, étnico ou econômico. As políticas públicas correspondem a direitos assegurados constitucionalmente ou que se afirmam graças ao reconhecimento por parte da sociedade e/ou pelos poderes públicos como novos direitos das pessoas, comunidades, coisas ou outros bens materiais ou imateriais.

Segundo a Secretária de Meio Ambiente e Recursos Hídricos do Estado do Paraná (SEMA), as políticas públicas podem ser formuladas principalmente por iniciativa dos poderes executivo, ou legislativo, separada ou conjuntamente, a partir de demandas e propostas da sociedade, em seus diversos seguimentos. A participação da sociedade na formulação, acompanhamento e avaliação das políticas públicas em alguns casos é assegurada na própria lei que as institui. Assim, no caso da Educação e da Saúde, a sociedade participa ativamente mediante os Conselhos em nível municipal, estadual e nacional. Audiências públicas, encontros e conferências setoriais são também instrumentos que vem se afirmando nos últimos anos como forma de envolver os diversos seguimentos da sociedade em processo de participação e controle social. (SEMA, 2012).



9º ENEDS

ENCONTRO NACIONAL DE ENGENHARIA
E DESENVOLVIMENTO SOCIAL



“O Brasil que se quer e os caminhos que se trilham”

As políticas públicas normalmente compreendem instrumentos de planejamento, execução, monitoramento e avaliação, encadeados de forma integrada e lógica, da seguinte forma: Planos, Programas, Ações, Atividades. Os planos estabelecem diretrizes, prioridades e objetivos gerais a serem alcançados em períodos relativamente longos. Os programas estabelecem, por sua vez, objetivos gerais e específicos focados em determinado tema, público, conjunto institucional ou área geográfica. Ações visam o alcance de determinado objetivo estabelecido pelo Programa, e a atividade, por sua vez, visa dar concretude à ação. (SEMA, 2012)

Conforme Teixeira (2002), políticas públicas são diretrizes, princípios norteadores de ação do poder público. Definem regras e procedimentos para as relações entre poder público e sociedade, visando responder a demandas, principalmente dos setores marginalizados da sociedade, considerados como vulneráveis. Essas demandas são interpretadas por aqueles que ocupam o poder, mas influenciadas por uma agenda que se cria na sociedade civil através da pressão e mobilização social.

Existem ainda modalidades de políticas públicas, e “é importante considerar alguns tipos de políticas, para que se possa definir o tipo de atuação que se pode ter frente a sua formulação e implementação”, como afirma Teixeira (2002). Podem ser usados critérios quanto à natureza ou grau da intervenção, sendo estrutural, quando busca interferir em relações estruturais como renda, emprego, propriedade etc.; ou conjuntural ou emergencial ao objetivar amainar uma situação temporária, imediata. Há ainda outro critério que faz referência aos impactos que podem causar aos beneficiários, ou ao seu papel nas relações sociais, sendo assim, distributivas, quando visam distribuir benefícios a certos grupos sociais ou regiões em detrimento do todo, podendo ser instrumentalizadas pelo clientelismo; redistributivas, quando objetivam redistribuir recursos entre os grupos sociais, buscando certa equidade ao retirar recursos de um grupo para beneficiar outros, o que pode acarretar em conflitos; regulatória, quando visam definir regras e procedimentos que regulem o comportamento dos atores para atender interesses gerais da sociedade;. (TEIXEIRA 2002)

Para Marin (2005), política pública é a expressão da postura do poder público em face dos problemas e dos diferentes atores que compõem o cenário e sua intenção de dar respostas apropriadas ao papel do Estado na sua relação com a sociedade.

Essa política tem uma dinâmica, acarretando em ajustes ou alterações em conformidade com o contexto da sociedade e as demandas dela emanadas. O Estado deve ser visualizado como um sistema em fluxo permanente, internamente diferenciado, sobre o qual também repercutem diferentemente os princípios, as normas, as filosofias e valores, bem como as próprias necessidades e contradições da sociedade. (MARIN, 2005)

As políticas públicas são ações governamentais dirigidas a resolver determinadas necessidades públicas. As políticas podem ser sociais (saúde, assistência, habitação, educação, emprego, renda ou previdência), macroeconômicas (fiscal, monetária, cambial, industrial) ou outras (científica e tecnológica, cultural, agrícola, agrária). Usualmente o ciclo das políticas é concebido como o processo de formulação, implementação, acompanhamento e avaliação. (SEIBEL e GELINSKI, 2008)



3 Sustentabilidade

Sustentabilidade não é um termo tão simples quanto costumam divulgar na mídia. Pelas palavras de Torresi, Pardini e Ferreira (2010) entende-se que sustentabilidade não se limita apenas a uma ação de diminuir a emissão de gases poluentes e do temor da extinção de espécies conhecidas atualmente.

A Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento das Nações Unidas, também conhecida como Comissão Brundtland, foi a responsável pelo conceito de sustentabilidade mais difundido. E segundo esta comissão, a sustentabilidade deve satisfazer às necessidades da geração atual sem comprometer as necessidades das gerações futuras (COMISSÃO BRUNDTLAND, 1991).

Desde a definição da Comissão Brundtland (1991), popularizada mundialmente a partir de 1987, surgiram muitas outras definições diferentes sobre o tema e continuarão surgindo futuramente. Mas essas definições tem um ponto em comum na maioria dos casos, afirmando que a sustentabilidade é representada por um tripé composto de três dimensões: econômica, ambiental e social.

Elkington (*apud* MOURE-ERASO, 2003), consultor de organizações globais européias e autor dedicado ao tema da sustentabilidade, aponta que as organizações devem se transformar, deixando de ser prioritariamente geradoras de lucros ("*one bottom line*") para tornarem-se instituições que integram três dimensões ("*triple bottom line*"): (1) a prosperidade econômica, (2) a qualidade ambiental e (3) a justiça social.

Segundo Almeida (2002), a dimensão econômica inclui não só a economia formal, mas também as atividades informais que provêm serviços para os indivíduos e grupos e aumentam, assim, a renda monetária e o padrão de vida dos indivíduos. Já a dimensão ambiental ou ecológica estimula a considerar o impacto de atividades sobre o meio ambiente, na forma de utilização dos recursos naturais. Enquanto que a dimensão social consiste no aspecto relacionado à valorização e aperfeiçoamento das qualidades dos seres humanos, como suas habilidades, capacidades e experiências, implicando numa redução das desigualdades sociais.

Dentro desses aspectos, podemos destacar o aproveitamento de alimentos. Marangoni (2009) afirma que o aproveitamento integral dos alimentos faz uso de cascas, talos e sementes para garantir maior ingestão de nutrientes e promover o consumo sustentável. E de acordo com a CNBB (2000) a sustentabilidade significa a capacidade de fomentar a satisfação das necessidades de alimentação da população em curto prazo, sem que haja sacrifício dos recursos naturais (água, terra, ar e matas), tornando possível a preservação das condições ecológicas que garantam a disponibilidade de alimentos para as gerações futuras. Nesta perspectiva, a Segurança Alimentar e Nutricional passou a ser entendida como uma estratégia para o desenvolvimento social, sendo a principal proposta de política na área de Alimentação e Nutrição.

4 CIP - Centro de Inclusão Produtiva

A geração de empregos e a melhoria na qualidade de vida da população são pontos fundamentais do programa de governo em Volta Redonda. Toda a atenção é direcionada para a conquista de fatores que beneficiem o município de maneira direta e/ou indireta. A



9º ENEDS

**ENCONTRO NACIONAL DE ENGENHARIA
E DESENVOLVIMENTO SOCIAL**



“O Brasil que se quer e os caminhos que se trilham”

administração se esforça para que as mais diversas atividades econômicas venham se instalar no município, aumentando o nível de emprego e arrecadação tributária.

Nessa perspectiva, o Centro de Inclusão Produtiva (CIP) foi criado com o objetivo de capacitar os indivíduos para o desenvolvimento autônomo de atividades geradoras de renda, buscando alternativas para a absorção da mão de obra capacitada e da produção derivada do processo, incentivando a formação de grupos nas comunidades assistidas.

Fundado em 2001 pela Secretaria Municipal de Ação Comunitária de Volta Redonda (SMAC), com recursos oriundos das três esferas: municipal, estadual e federal (PAIF), o CIP vem desenvolvendo projetos de geração de renda, através de oficinas de capacitação promocional oferecidas em sua própria sede, nos vinte e dois Centros de Referência da Assistência Social (CRAS) instalados nos bairros de maior incidência de violação de direitos e nos dois Centros de Educação e Produção Alimentar (CEPA), com objetivo de promover o desenvolvimento sustentável das famílias em situação de maior vulnerabilidade e pobreza.

No âmbito da Assistência Social, a política de inclusão sócio-produtiva promovida pelo CIP visa amenizar a situação socioeconômica precária que atinge grande parte da população brasileira, buscando uma alternativa de trabalho que venha complementar a renda das famílias em situação de vulnerabilidade social, provendo capacitação profissional e oportunidades de geração de renda como forma de contribuir com o sustento familiar de pessoas que se encontram fora do mercado formal, garantindo a estas conhecimento e maior autonomia.

A implementação de um novo formato para as ações de inclusão sócio-produtiva teve como estímulo a instauração da Política Nacional da Assistência Social (PNAS) e do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), quando a SMAC redefiniu as ações propostas para o seu Programa de Geração de Renda, criando o CIP, ligado ao Departamento de Proteção Especial da SMAC, objetivando atender os usuários residentes em bolsões de pobreza e mulheres em situação eminente de risco, ou seja, famílias em situação de vulnerabilidade pela situação de pobreza e de risco pessoal. É uma política que tem por finalidade contribuir para que as pessoas assistidas consigam romper com o ciclo da pobreza entre gerações, promovendo sua autonomia.

O CIP abarca oficinas de qualificação e/ou formação sócio-profissional voltadas para o desenvolvimento de habilidades pessoais, e compreende também a criação de grupos de geração de renda, buscando resgatar e trabalhar a auto-estima, a socialização e a integração.

Atualmente, as oficinas em funcionamento no CIP são relacionadas a artesanato, culinária, modelagem e corte e costura. A oficina de artesanato visa desenvolver criatividade e habilidades na produção de artigos de decoração e/ou de uso pessoal seguindo as tendências da moda. A oficina de culinária trabalha com a produção de alimentos da cozinha tradicional e de alimentos diet atendendo a nova demanda mais exigente, que busca maior qualidade de vida através da alimentação. A oficina de modelagem e corte visa capacitar e formar profissionais para suprir uma lacuna existente no ramo de confecções, preparando-os para o mercado de trabalho ou ainda para a formação de cooperativas ou associações que atendam de forma indireta às confecções. A oficina de costura visa capacitar profissionais na linha de produção e montagem de peças para trabalhar em grupos de produção, associações, cooperativas (facções) ou ainda, preencher vagas de emprego existentes nas confecções do município.



9º ENEDS

ENCONTRO NACIONAL DE ENGENHARIA
E DESENVOLVIMENTO SOCIAL



“O Brasil que se quer e os caminhos que se trilham”

5 Entrevistas

5.1 Coordenadora CIP

Segundo Marlene Mota Vieira, Coordenadora do CIP, a necessidade de capacitar pessoas com o propósito de inseri-las no mercado de trabalho, propiciando, assim, uma independência dos usuários em relação aos benefícios garantidos pela Assistência Social, foi a motivação inicial para o desenvolvimento da política de inclusão sócio-produtiva articulada via CIP.

A coordenadora ressalta a importância da capacitação profissional para a população mais vulnerável. Os usuários da Assistência Social realizam cursos nos CRAS e podem aprofundar este aprendizado no CIP ou nos CEPA. Esse desdobramento do processo formativo surgiu com o intuito de aliar conhecimento e prática, ao estimular a criação de grupos de produção como forma de aprimorar conhecimentos e desenvolver habilidades produtivas que possam ser exercitadas no CIP, nos CEPA ou na própria residência, propiciando uma alternativa concreta e imediata de geração de renda.

Quanto à formação em culinária especificamente, a metodologia consiste em aprendizado teórico e prático tanto nos CRAS quanto nos CEPA, sendo que nestes o processo formativo e as possibilidades de produção de alimentos são mais robustos e com maior prazo, se comparado aos cursos trimestrais oferecidos nos CRAS. O exercício da prática de produção visa a autonomia das usuárias, seja individualmente ou de forma coletiva, e a consequente oportunidade para que outras pessoas possam participar do processo. De acordo com Marlene, a Prefeitura Municipal, em parceria com o Governo Federal e a Caixa Econômica disponibilizam microcrédito para financiar possíveis empreendimentos resultantes desta política.

A coordenadora exemplificou um empreendimento embrionário que se formou em um dos CRAS da cidade. As beneficiárias do CRAS do Bairro Santa Rita de Cássia aprenderam a fazer biscoitos, passaram a se reunir umas nas casas das outras para produzir, e já fornecem para outro município limítrofe.

Marlene Mota deixa claro que há uma preocupação com o melhor aproveitamento dos alimentos a fim de solucionar o grande desperdício ocasionado pela falta de conhecimento. Por exemplo: nos talos de verduras, nas cascas de muitos legumes e frutas concentram-se as vitaminas, que na maioria das vezes são descartados. Além das orientações sobre o melhor aproveitamento dos alimentos nos cursos de culinária dos CRAS, CIP e CEPA, a Prefeitura Municipal criou o projeto “Verdurão”, que disponibiliza legumes, frutas e verduras aos idosos e gestantes conscientiza a população sobre a importância de uma boa alimentação, que pode ser obtida consumindo os nutrientes de partes dos alimentos que são normalmente desperdiçados.

As oficinas de culinária contam com a participação de nutricionistas devido a parceria com o Centro Universitário de Volta Redonda, que desenvolve um trabalho voltado para o cuidado com a manipulação de alimentos. Esses conhecimentos definem uma estrutura para a capacitação: (1) Noções básicas sobre alimentação e nutrição; (2) Aproveitamento integral dos alimentos; (3) Higiene e comportamento pessoal; (4) Perigos encontrados na cozinha; (5) Implantando boas práticas; (6) Cuidados na preparação de alimentos; (7) Armazenando alimentos prontos.



9º ENEDS

**ENCONTRO NACIONAL DE ENGENHARIA
E DESENVOLVIMENTO SOCIAL**



“O Brasil que se quer e os caminhos que se trilham”

De acordo com Marlene, as oficinas de culinária trabalham com a produção de alimentos da cozinha tradicional e *diet*, atendendo a demanda exigente que busca qualidade de vida através da alimentação. A instrutora de culinária é certificada pelo SESC/SENAI, com participação em cursos de atualização oferecidos na região.

Os benefícios com a implementação do CIP no município são inúmeros e vão desde a melhora na saúde da população através do aproveitamento dos alimentos em geral e a geração de renda com pessoas cada vez mais capacitadas para atuar no mercado de trabalho, com uma profissão e em associações, cooperativas ou grupos de produção.

5.2 Nutricionista CEPA

Priscila de Souza Oliveira é nutricionista da SMAC e responsável pelos projetos “Oficinas Culinárias: Aproveitando integralmente os alimentos e promovendo alimentação saudável” e “Cidade Bonita Povo Saudável”. O primeiro, iniciado em 2009, objetiva complementar a promoção ao acesso de uma alimentação de qualidade e educação nutricional, ensinando formas de aproveitamento integral dos alimentos, utilizando cardápios de baixo custo, por meio de oficinas realizadas nos CRAS, ministradas pela equipe de nutricionistas da SMAC. O segundo, iniciado em 2012, visa educação alimentar à famílias em vulnerabilidade social, desde o cultivo de alimentos até receitas saudáveis.

Priscila está na SMAC há quatro anos e participou de conscientização nutricional nos CRAS ensinando o aproveitamento integral dos alimentos e trabalhou nos Centros de Educação e Produção Alimentar (CEPA) acompanhando a formação e o processo de produção das usuárias.

Ela afirma que até a inauguração do primeiro CEPA (em setembro de 2011), ela e sua equipe visitaram 80% dos CRAS de Volta Redonda, ministrando cursos sobre aproveitamento integral de alimentos.

De acordo com a nutricionista, o Brasil desperdiça o equivalente a 12 bilhões de reais em alimentos por ano, o que seria suficiente para alimentar cerca de 30 milhões de pessoas por ano. A alimentação integral tem como princípio básico a diversidade de alimentos, a complementação nutricional das refeições, redução de custos e desperdícios, rápido preparo e paladar agradável. Priscila aponta que o ideal é aproveitar tudo que o alimento pode oferecer como fonte de nutrientes e que estes estão presentes, principalmente, em partes de alimentos que normalmente são desprezadas pela população (como cascas, talos, sementes e folhas).

A SMAC VR preparou uma cartilha, como parte do projeto “Oficinas Culinárias: Aproveitando integralmente os alimentos e promovendo alimentação saudável”, com toda a explicação acerca do aproveitamento integral, desde como evitar o desperdício até receitas utilizando alimentos integralmente. Esta cartilha, de acordo com Priscila, foi distribuída nos CRAS e nos CEPAS e há muitos relatos positivos sobre a utilidade dessa publicação.

Apesar de não ter nenhum retorno oficial, ela conta que os indivíduos atendidos afirmam que suas famílias melhoraram em diversos aspectos, desde comportamentais até físicos desde o início dos projetos. A nutricionista afirma que “as pessoas falam que os filhos agora comem alimentos saudáveis, que agora gostam, crianças que tinham sonolência e déficit de atenção melhoraram e estão indo melhor na escola. Tudo melhora apenas com a introdução de alguns alimentos na alimentação da criança.”



9º ENEDS

ENCONTRO NACIONAL DE ENGENHARIA
E DESENVOLVIMENTO SOCIAL



"O Brasil que se quer e os caminhos que se trilham"

E destaca que nos cursos de culinária eram preparados alimentos com aproveitamento integral e todos gostavam muito, "todo mundo que prova adora, então conseguimos mostrar que realmente é proveitoso nutricionalmente falando e que é bom pro paladar também", afirma. Ou seja, a satisfação era plena por ser algo gostoso e saber que estavam ingerindo algo saudável e barato.

Porém, a nutricionista revela, com certo pesar, que nos CEPA, a técnica de produção integral não ocorre frequentemente por ser produção por encomenda. Ela afirma que "os clientes não conhecem este método e acabam por pedir a produção tradicional de alimentos".

Quanto ao projeto "Cidade Bonita Povo Saudável", implementado a partir de maio de 2012, já passou por um bairro carente da cidade e está sendo implantado também nos CEPA. Este projeto ensina as pessoas das comunidades carentes o que é educação alimentar, como é uma boa alimentação, incentiva a criação da horta caseira (e as comunidades interessadas a fazer a horta no bairro) e ensina a fazer a compostagem através dos resíduos orgânicos, para não desperdiçar nada.

Priscila afirma que nos CEPA já estão sendo projetadas hortas orgânicas que ocupam pouco espaço e ainda reutilizam materiais que seriam descartados, como garrafas PET, Bambús, cordas, pneus ou palletes. Todos os métodos ensinados no projeto estão discriminados numa cartilha didática e distribuída à população.

Porém, a nutricionista afirma que encontra algumas dificuldades para a implantação destes projetos devido a falta de informação da população e estigmas criados em relação a profissão de nutricionista. Ela afirma que "por ser um projeto inovador na cidade, as dificuldades existem. A maior delas foi no início, pois as pessoas tinham um preconceito com nutricionistas, achavam que iríamos proibi-los de comer certos alimentos. Mas a ideia do projeto é para o coletivo e não para o indivíduo, a política foi desenvolvida para mostrar os benefícios da boa alimentação e da alimentação integral. A dificuldade inicial era mostrar isso para as pessoas, mas depois de desenvolver alguns métodos (cartilhas, por exemplo), as dificuldades foram superadas e a equipe da SMAC está mais experiente e confiante."

6 Resultados e Discussões

O Centro de Inclusão Produtiva articula uma política pública que tem tido ótimos resultados, beneficiando diversas famílias e mostrando que Volta Redonda busca crescer e se desenvolver tendo a preocupação da inclusão sócio-produtiva das pessoas em situação de vulnerabilidade social.

O CIP, como afirma Teixeira (2002) ao discorrer sobre política pública, é um instrumento que relaciona diretamente o poder público e a sociedade, respondendo à carência por mecanismos mais efetivos de inclusão social a partir da capacitação, profissionalização e inserção no mercado de trabalho. Trata-se de uma demanda da comunidade volterredondense, interpretada e atendida pelo poder público.

O Centro de Inclusão Produtiva, como afirma Marlene, é um ótimo exemplo de política pública de sucesso, não só por ter sido finalista no 4º Prêmio dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio, mas por capacitar profissionalmente, com teoria e prática, e estimular a inclusão dos assistidos no mercado de trabalho, sempre os direcionando para caminhos sustentáveis que auxiliam na qualidade de vida da população.



9º ENEDS

**ENCONTRO NACIONAL DE ENGENHARIA
E DESENVOLVIMENTO SOCIAL**



“O Brasil que se quer e os caminhos que se trilham”

O destaque para os CEPAs neste estudo é justificado por ser um dos programas do CIP com maior abrangência na cidade e por se mostrar sustentável em suas atividades.

Conforme entrevista com a nutricionista responsável, percebe-se a relação com o *triple bottom line* (Elkington *apud* MOURE-ERASO, 2003) e a relação com a prosperidade econômica, a qualidade ambiental e a justiça social.

Baseando-se em Almeida (2002), podemos relacionar os componentes do *triple bottom line* com as atividades do CIP/CEPA. Pode-se definir que a relação desta política pública com a prosperidade econômica é a promoção social através da profissionalização e geração de renda para os assistidos, melhorando suas condições de vida. Em relação à qualidade ambiental, é claro o estímulo que o projeto traz à população na melhor utilização dos recursos naturais, desde o aproveitamento integral até a montagem de compostagens e a construção de hortas orgânicas baseadas em materiais reutilizáveis. A relação com a questão social é com certeza a mais evidente por relacionar a qualidade de vida dos indivíduos assistidos e, como afirmou Priscila, há relatos de melhora de problemas físicos e emocionais, crianças rendendo melhor nas escolas e famílias mais saudáveis e conscientes.

Podemos destacar como principal ensinamento sobre sustentabilidade do projeto, a imensa diminuição do desperdício de alimentos, como relata Priscila, por parte dos beneficiários que participaram de cursos sobre aproveitamento integral de alimentos.

Afirma a Nutricionista, que o Brasil desperdiça o equivalente a 12 bilhões de reais em alimentos por ano, o que seria suficiente para alimentar cerca de 30 milhões de pessoas por ano.. Priscila aponta que o ideal é aproveitar tudo que o alimento pode oferecer como fonte de nutrientes e que estes estão presentes, principalmente, em partes de alimentos que normalmente são desprezadas pela população (como cascas, talos, sementes e folhas), fala esta em consonância com a CNBB (2000), que aponta a sustentabilidade como a capacidade de fomentar a satisfação das necessidades de alimentação da população em curto prazo, sem que haja sacrifício dos recursos naturais (água, terra, ar e matas), tornando possível a preservação das condições ecológicas que garantam a disponibilidade de alimentos para as gerações futuras.

Com este estudo, percebemos como a ideia do CIP e do CEPA é interessante e gera bons resultados. Porém, como afirmou Priscila, por ser inovador, dificuldades existem e melhorias podem ser implantadas.

Vimos neste estudo que o CIP é uma porta de entrada da população para a profissionalização e geração de renda, porém há uma dificuldade por parte dos assistidos de sair da dependência dos CEPA e do CIP. Estudos e atividades em parceria com o grupo PET Gestão Social da Universidade Federal Fluminense estão sendo realizados para resolver esta dificuldade, mas este pode ser tema para uma próxima pesquisa.

Percebemos também, pela a fala da nutricionista Priscila, que o aproveitamento integral dos alimentos não é conhecido por toda comunidade voltaredondense e ainda sofre resistências culturais ao seu consumo, já que nas encomendas para os CEPA não há interesses por parte dos clientes por este tipo de alimento. Assim, percebe-se uma falta de esclarecimento da população e um conseqüente espaço para um trabalho de conscientização da sociedade sobre esta técnica importante e nutritiva.



9º ENEDS

ENCONTRO NACIONAL DE ENGENHARIA
E DESENVOLVIMENTO SOCIAL



“O Brasil que se quer e os caminhos que se trilham”

Melhorias sempre podem ser realizadas e pesquisas e estudos como este podem contribuir para identificar falhas e propôr soluções.

7 Conclusões

Este estudo buscou apresentar o enfoque da sustentabilidade na política pública voltaredondense do Centro de Inclusão Produtiva (CIP, mais especificamente analisando o Centro de Educação e Produção Alimentar - CEPA). Foi observado que o projeto analisado obteve grande aceitação da sociedade e bons resultados de acordo com os relatos das entrevistas realizadas.

Pode-se afirmar que os objetivos deste estudo foram alcançados pois fôra apresentada uma revisão teórica acerca dos temas abordados (políticas públicas e sustentabilidade), fôra descrita a política pública de Volta Redonda articulada pelo CIP, mais especificamente pelo CEPA e, a partir dos relatos da coordenadora do CIP e da nutricionista responsável pelo CEPA, pôde-se relacionar os estudos realizados e as políticas públicas analisadas.

Apesar de ser uma política que visa a inclusão, percebeu-se o viés da sustentabilidade e acredita-se que a relevância deste estudo se resume em mostrar que o viés do desenvolvimento sustentável pode e deve ser aplicado em políticas públicas de promoção social, sem implicar em elevados custos se comparado com o resultado benéfico que pode apresentar.

Deve-se destacar que este estudo tem a limitação de não ter ouvido a opinião dos beneficiários, mas apenas dos gestores do projeto. Mas, acreditamos que este estudo é válido, mesmo levando em conta as limitações, e consideramos importante, como proposição para novos estudos, o pensamento de técnicas para inserção de modo mais efetivo dos assistidos no mercado de trabalho e a maior dissiminação das técnicas de aproveitamento integral de alimentos, montagem de compostagem e criação de hortas orgânicas.

Conclui-se que este estudo pode contribuir para outros municípios, mostrando os benefícios que uma política pública inclusiva e sustentável pode acarretar para a população.

8 Referências Bibliográficas

ALMEIDA, F. **O bom negócio da sustentabilidade**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2002.

COMISSÃO MUNDIAL SOBRE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO. **Nosso Futuro Comum**. 2. ed. Rio de Janeiro: FGV, 1991. 431p.

CNBB. Conferencia Nacional dos Bispos do Brasil. **Construindo caminhos para a Segurança Alimentar na comunidade: uma estratégia de planejamento participativo**. Curitiba, 2000. p. 21-26.

VERGARA, S. C. **Projetos e relatórios de pesquisa em administração**. 2 ed. São Paulo: Atlas, 1998.

CLARO, P. B. O.; CLARO, D. P.; AMANCIO, R.. **Entendendo o conceito de sustentabilidade nas organizações**. *Rev. Adm. (São Paulo)*, São Paulo, v. 43, n. 4, dez. 2008 . Disponível em <http://www.revistasusp.sibi.usp.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0080-21072008000400001&lng=pt&nrm=iso>. acessos em 08 jun. 2012.

GELINSKI, C. R. O. G., SEIBEL, E. J.. **Formulação de políticas públicas: questões metodológicas relevantes**. Disponível em: http://www.cfh.ufsc.br/~revista/rch42/RCH42_artigo_10.pdf. Acesso em: 29 junho 2012.

LIMA, Raphael J. da C. (2010). **A ‘Reinvenção’ de uma Cidade Industrial: Volta Redonda e o pós-privatização da Companhia Siderúrgica Nacional (CSN)**. Tese de doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Antropologia da Universidade Federal do Rio de Janeiro (PPGSA/IFCS/UFRJ).



9º ENEDS

ENCONTRO NACIONAL DE ENGENHARIA
E DESENVOLVIMENTO SOCIAL



“O Brasil que se quer e os caminhos que se trilham”

MARANGONI, S.. **Nem tudo que parece é lixo.** *Rev. Nutrir*, 2009, p.58, out.

MARIN, C. J. F. **Concepção de Políticas Públicas.** Disponível em: <http://www.sinprodf.org.br/wp-content/uploads/2012/01/texto-3-concep%C3%A7%C3%A3o-de-pol%C3%ADticas-p%C3%BAblicas.pdf>. Acesso em: 29 junho 2012.

MOURE-ERASO, Rafael. **Development models, sustainability and occupational and environmental health in the Americas:** neoliberalism versus sustainable theories of development . *Ciênc. saúde coletiva* [online]. 2003, vol.8, n.4, pp. 1039-1046. ISSN 1413-8123. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/csc/v8n4/a25v8n4.pdf> Acesso em: 13 junho 2012.

SECRETÁRIA DO MEIO AMBIENTE E RECURSOS HÍDRICOS DO ESTADO DO PARANÁ. Disponível em: http://www.meioambiente.pr.gov.br/arquivos/File/coea/pncpr/O_que_sao_PoliticPublicas.pdf . Acesso em: 29 junho 2012.

TEIXEIRA, E. C., **O Papel das Políticas Públicas no Desenvolvimento Local e na Transformação da Realidade.** Disponível em: http://www.fit.br/home/link/texto/politicas_publicas.pdf. Acesso em: 29 junho 2012.

TORRESI, S. I.C.; PARDINI, V. L.; FERREIRA, V. F.. **O que é sustentabilidade?.** *Quím. Nova* [online]. 2010, vol.33, n.1, pp. 1-1. ISSN 0100-4042. <http://dx.doi.org/10.1590/S0100-40422010000100001>.